

OS BASTIDORES DE UMA PRODUÇÃO CURRICULAR DA DÉCADA DE 1980: ALGUMAS CENAS

THE BACKSTAGE OF CURRICULUM PRODUCTION IN THE 1980'S: SOME SCNES

Gisele de Gouvêa ¹

 ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3609-2985>

Submetido: 29 de agosto de 2023

Aprovado: 22 de setembro de 2023

RESUMO

Este artigo é um recorte de uma tese de doutorado e busca compreender os bastidores de uma produção curricular do estado de São Paulo da década de 1980. Trata-se da Proposta Curricular de Matemática do primeiro grau e nossa compreensão se dará a partir das ações dos *experts* quando buscam objetivar saberes em diretrizes curriculares. O artigo se atentará na seguinte questão: que processos e dinâmicas estiveram envolvidos na elaboração da Proposta Curricular de Matemática do estado de São Paulo década de 1980 para os primeiros anos escolares? Vale destacar que aqui mostraremos algumas cenas, a questão será respondida a partir de algumas das ações desse coletivo de *experts*. Percorreremos tais ações a partir da produção de um documento que foi ponto de partida para a construção da proposta de matemática. Espera-se, com a análise dessa proposta, contribuir para a compreensão acerca das novas formas de organização de saberes em diretrizes curriculares.

Palavras-chave: Matemática; Currículo; *Experts*.

ABSTRACT/ RESUMEN/ RÉSUMÉ

This article is an excerpt from a doctoral thesis and seeks to understand the backstage of a curricular production in the state of São Paulo in the 1980s. experts when they seek to objectify knowledge in curricular directives. The article will focus on the following question: what processes and dynamics were involved in the elaboration of the Mathematics Curriculum Proposal in the state of São Paulo in the 1980s for the first school years? It is worth mentioning that here we will show some scenes, the question will be answered based on some of the actions of this group of experts. We went through such actions from the production of a document that was the starting point for the construction of the mathematics proposal. It is expected, with the analysis of this proposal, to contribute to the understanding of new forms of organization of knowledge in curricular directives.

Keywords: Mathematics; Curriculum; *Experts*.

¹ Mestre em ensino de ciências e matemática pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). É doutoranda na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Endereço para correspondência: Rua Reforma Agrária, nº 258, Parque dos Ministérios, Ubatuba, São Paulo, CEP: 11693-188. E-mail: gidegrau@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar, a partir de materiais empíricos produzidos por *experts*, os bastidores de uma produção curricular da década de 1980, no estado de São Paulo: a Proposta Curricular de Matemática. Tal processo de produção curricular nos é relevante à medida que inclui professores e suas experiências pedagógicas.

O conceito de *expert* aqui utilizado advém de estudos teóricos de Hofstetter e Schneuwly (2021). É uma categoria de análise que visa categorizar aqueles que produzem saberes para o ensino e formação de professores a partir de currículos oficiais. Para a reforma curricular, o *expert* é solicitado por uma instância governamental, pois detém conhecimentos e habilidades para resolver problemas práticos do ensino de matemática. Hofstetter e Schneuwly (2021) mencionam 5 elementos, tendo em vista o lugar que ocupam esses personagens, bem como suas ações e seus vínculos. São eles:

- uma demanda explícita de uma pessoa para intervir no processo de tomada de decisão: é-lhe atribuído um mandato para o fazer; não é esta pessoa, no entanto, que toma a decisão final;
- um demandante, mandatário, órgão ou pessoa diferente do *expert*, que não possui os conhecimentos do *expert*;
- um pedido que institui um *expert* em um papel ou estatuto, frequentemente remunerado como tal;
- um processo de *expertise*, pode-se dizer de uma *expertisation* para sublinhar a dimensão da atividade, um termo relativamente frequente em inglês. Esta atividade é muito diversificada de acordo com os campos em que é solicitada;
- e um resultado, uma *expertise*, que também pode assumir várias formas: testemunho, relatório, perícia, estudo em particular. (HOFSTETTER; SCHNEUWLY, 2021, p. 20).

O resultado deste produto elaborado pelo *expert* será um currículo que, ao ser oficializado por um mandatário, servirá de base para o ensino e para a formação de professores. O *expert* produz saberes para o ensino e formação de professores. Percorrer suas ações será de grande relevância para contribuir com a proposta de nosso estudo: *que processos e dinâmicas estiveram envolvidos na elaboração da Proposta Curricular de Matemática do estado de São Paulo na década de 1980 para os primeiros anos escolares?*

Por processo, em sentido estrito, pode-se entender como aquilo que se refere aos aspectos que irão constituir o movimento de sistematização de saberes por meio dos currículos. Tal movimento consiste em sistematizar a matemática que, por sua vez, se torna o objeto que esse professor deverá ensinar e que, portanto, deveria estar presente na documentação oficial do estado de São Paulo. Processos podem envolver também a reunião de ações coletivas na

medida em que organizam saberes que farão parte da formação de professores e que, a partir dos cursos de formação, propiciarão ao futuro professor de matemática capacidade de mobilizar tais saberes como uma ferramenta para ensinar a matemática. Isso será algo próprio do período em questão, a década de 1980.

Por dinâmica pode-se compreender a ocorrência de articulação desse conjunto de saberes, tanto o objeto quanto a ferramenta. Em outras palavras, o *expert*, ao produzir a matemática como objeto de ensino desse professor, ao mesmo tempo produz as ferramentas que serão necessárias para ensiná-la.

Visando abordar essa temática, o artigo será dividido da forma que segue: introdução; apresentação da Proposta curricular de Matemática; o contexto político; apresentação do documento de crítica aos Guias elaborado pelos *experts*; nossa análise desses bastidores; e, por último, as considerações finais.

Proposta Curricular de Matemática do estado de São Paulo da década de 1980

O documento oficial, que é ponto de partida desse estudo, é a Proposta Curricular de Matemática do estado de São Paulo, da década de 1980. Este documento teve, no total, 5 edições. Foi elaborado por uma Equipe Técnica de Matemática da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) formada pelos professores Antonio Miguel, Vinício de Macedo Santos, Nilson José Machado, Regina Maria Pavanello, Marília Barros de Almeida Toledo, Mario Magnusson Jr., Roberto Barbosa, Ruy Cesar Pietropaollo e Suzana Laino Cândido.

A organização dos saberes matemáticos presente no documento oficial está posta em três grandes temas: número, medida e geometria. Tal organização permite que os conteúdos a serem abordados sejam explorados em todo o ensino de primeiro grau (atualmente, ensino fundamental I e II), e as ideias vão sendo exploradas de acordo com a série de cada estudante e, também, levando em conta o grau de maturidade na aprendizagem de conceitos matemáticos.

No que diz respeito aos conteúdos e à forma como são abordados, a Equipe Técnica de Matemática diz, no documento, que:

Uma lista de conteúdos não é suficiente para caracterizar uma proposta curricular. No caso da MATEMÁTICA, ao longo de diversas reformas, tal lista tem variado relativamente pouco. Considerando apenas os grandes temas geradores, os assuntos tratados são essencialmente dois: NÚMEROS E GEOMÉTRIA. Tais assuntos, no entanto, podem ser desenvolvidos de modos significativamente diferentes em diferentes propostas e é através dessas abordagens que se pode caracterizá-las. (SÃO PAULO, 1997, p. 11).

O que a equipe diz nesse excerto é que uma proposta curricular vai além de uma mera lista de conteúdo. O que de fato vai dar a ideia de um currículo são as abordagens que tal documento apresenta como forma de trabalhar a partir de uma determinada organização de saberes – forma disposta no currículo oficial.

Ao elencar os conteúdos tendo três temas geradores como ponto de partida, a equipe propunha que o aprendizado em Matemática deveria ter significado de uma alfabetização no que diz respeito aos aspectos quantitativos da realidade, na capacidade de projetar, na classificação de formas etc. Conforme o documento oficial: “Tal opção deixa em segundo plano preocupações que se caracterizam muito mais como uma organização do conhecimento já construído do que com o efetivo processo de construção.” (SÃO PAULO, 1997, p. 13).

O Contexto Político

Na década de 1980 ocorre a redemocratização do país e acontecem eleições de governadores para os estados brasileiros. No estado de São Paulo foi eleito André Franco Montoro, que governa o estado mais rico do país entre 1983 e 1987. É nesse contexto político que se dá a produção de um novo currículo para o estado de São Paulo. O governo eleito preocupou-se com as questões da educação pública e, então, abriu discussões com diversos setores que estavam diretamente ligados aos assuntos educacionais – cabe destacar que no período anterior, da ditadura (1964-1985), isso era inviável, a sociedade civil, organizada ou não, não era ouvida. Sobre isso, Gouvêa destaca que:

Na época dos anos de chumbo era impensável uma discussão ampla acerca dos currículos, e é no período do mandato do primeiro governador escolhido pela população que surgem as primeiras ideias de modificar os currículos que vigoravam em nosso país. Na década de 1970, as referências curriculares paulistas eram dadas Guias Curriculares, que surgiram no regime militar, concebidos pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP). Relativamente à matemática, os Guias representavam uma proposta estruturalista no sentido de estarem alinhadas ao Movimento da Matemática Moderna (MMM). (GOUVÊA, 2021, s/página).

O período de redemocratização foi propício para as discussões acerca dos currículos de diversas disciplinas para o estado de São Paulo. Visou-se uma participação ativa dos envolvidos, os professores e os sindicatos foram chamados a opinar sobre o processo de elaboração curricular. Para criar um novo currículo, partiu-se do que já estava em vigor, os Guias Curriculares. Partindo deles, julgaram relevante criticar o que não era visto com bons olhos, propondo-se mudanças. Assim, o documento elaborado, foco temático deste artigo, trata

justamente disso: uma crítica aos Guias elaborado pelos membros da Equipe Técnica de Matemática da CENP.

O documento de crítica aos Guias Curriculares

O documento elaborado pelos integrantes da Equipe Técnica de Matemática da CENP foi um ponto de partida para a construção de uma nova proposta para a educação do estado de São Paulo. O documento é uma crítica à proposta dos Guias Curriculares – estes perduraram por toda década de 1970. Para a equipe que elaborou o documento de crítica, a proposta então em vigor não produziu uma melhoria desejada para a educação do estado de São Paulo. A respeito disso, os *experts* (categoria que estou utilizando para todos os membros da Equipe Técnica de Matemática da CENP) relataram que:

- produzidos por uma pequena equipe de 03 (três) pessoas, analisados e criticados por um grupo maior (30), mas ainda reduzido, os Guias foram divulgados aos professores da rede por um processo complicado, que marcou fevereiro de 1976;
- a proposta, sinteticamente neles contida, por ser na época inovadora, carecia de maiores explicitações; os Subsídios, particularmente os de 5ª à 8ª série, não conseguiram resolver a questão e não se fizeram suceder por outros materiais; os de 1ª à 4ª série, mais bem aceito, tiveram dificuldades em chegar às mãos do professor, a quem se destinavam, ficando muitas vezes trancafiados em “armários”. (SÃO PAULO, 1985, p. 5).

Os elaboradores das críticas aos Guias relataram que todos esses embates tiveram por resultado evidenciar que tal proposta foi falsamente divulgada por livros didáticos do período e que, na medida em que usavam o carimbo “de acordo com os Guias Curriculares”, apenas traziam os conteúdos desses Guias. Isto possibilitava diversas interpretações e, assim, propagavam uma série de aberrações.

O documento foi elaborado pelos integrantes da CENP no ano de 1985. Eram os primeiros passos para a construção de uma nova reforma curricular. Apresentava alguns questionamentos sobre abordagens utilizadas nos Guias para o ensino de Matemática e ações para se pensar um novo currículo.

Sobre esse documento, Valente e Gouvêa (2022) fizeram um estudo no qual puderam afirmar dados interessantes:

Ao ter como ponto de partida para elaboração de uma nova proposta curricular os documentos de proposta anterior – os Guias Curriculares – os novos *experts* que compunham a equipe de matemática mencionada anteriormente buscaram atacar o que era nuclear naquele documento: uma sistematização da

matemática para o ensino e para a formação de professores tendo em vista a unidade da Matemática. Desqualificando esse objetivo central dos Guias, abria-se caminho para serem reformuladas totalmente as referências curriculares. (VALENTE; GOUVÊA, 2022, p. 10).

No próximo item traremos alguns desses embates e tensões que o documento apresenta, que deu início a uma nova construção curricular para o estado de São Paulo.

Análises das tensões

Neste item apresentaremos algumas análises das tensões que estão envolvidas na produção de um currículo. Isso somente é possível, entretanto, quando analisamos minuciosamente os bastidores de sua produção.

O documento elaborado pela Equipe Técnica de Matemática da CENP procurou apresentar aspectos de descontentamento de professores acerca de algumas abordagens para o ensino de matemática que o Guia propunha como forma de trabalho aos professores.

Uma das tensões existentes, que foi abordada no documento de 1985, diz respeito àquilo que os *experts* apontaram criticamente. Nos Guias mostrava-se uma forte preocupação com a estrutura algébrica dos conjuntos numéricos, enquanto, para a equipe, a abordagem mais natural seria partir das ideias fundamentais (contagem e medida), levando em conta a história da produção desse conhecimento. É importante ressaltar que as formas como cada conteúdo deve ser trabalhado se altera de currículo para currículo, e isso ocorre por conta da orientação do grupo que está à frente da produção de uma reforma, pelo fato também de, dependendo do contexto, os campos disciplinar ou profissional estarem mais fortalecidos. De tal maneira, é em meio a tensões que o currículo vai tomando forma e sistematizando saberes para a docência.

No que tange à geometria, os Guias e os Subsídios propunham o uso das linguagens dos conjuntos. Ao fazer isso, ocorria um desvio da atenção às propriedades geométricas das figuras, lados, vértices e diagonais, reduzindo-as a letras ou combinações de letras. Para a equipe, esse tipo de conteúdo deveria ser desenvolvido através de observações de objetos do cotidiano do estudante, estudos das formas presentes em seu dia-a-dia.

Além disso, a equipe diz ainda sobre o papel desempenhado pela Matemática e que deveria ser apresentado no novo currículo do estado de São Paulo:

(...) acreditamos que, em termos curriculares, o papel desempenhado pela Matemática talvez devesse se aproximar mais daquele desempenhado pela alfabetização em sentido amplo, ou seja, o de tornar possível a compreensão

de certos aspectos, sobretudo quantitativos, da realidade física e social, e dos processos lógicos subjacentes a essa compreensão. A questão da unidade até poderia surgir em algum momento, mas não cabe a ela o “status” de orientadora da ação pedagógica. (SÃO PAULO, 1985, p. 10).

Após a equipe tecer críticas aos Guias Curriculares, chegava o momento de apresentar ações que visassem, sobretudo, minimizar os equívocos para o ensino de matemática. Com isso, nova (pois na proposta anterior que o estado tinha, era uma outra equipe de *experts*) equipe de *experts* levantou os seguintes questionamentos: se havia uma necessidade de fato do estado de São Paulo ter ou não uma nova proposta curricular; quais pressupostos deveriam nortear o trabalho da equipe; se existia um interesse em discutir a proposta do Guia; em caso afirmativo, em quais aspectos deveriam ser reformulados; e, como construir uma nova proposta que garantisse a participação dos professores. Após os questionamentos, a equipe ressaltaria no documento que todo esse processo não seria simples, tampouco rápido. Contudo, havia que se levar adiante a produção de um novo currículo. Após isso, de modo democrático, a equipe indicaria duas ações que dariam continuidade ao processo de elaboração curricular:

- iniciar, a partir deste momento do “Projeto Ipê – Matemática²”, discussões e estudos, em nível de Delegacia de Ensino, a respeito do tema; tais sessões de estudo poderão ser organizadas pelas Equipes de Supervisão, contando com a colaboração dos monitores de Matemática;
- encaminhar à Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP – os relatórios desses encontros e também as propostas de trabalhos que vêm sendo desenvolvidas com bons resultados. (SÃO PAULO, 1985, p. 11).

Foi nesse cenário que se deram os primeiros passos para a construção de uma proposta curricular no estado de São Paulo para os componentes curriculares do ensino de primeiro grau.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou compreender, a partir de fragmentos de ações em um determinado tempo histórico, os bastidores de uma produção curricular. Estudar processos e dinâmicas é algo complexo. Centrado em alguns indícios e dados relativos aos bastidores da formulação curricular no início da redemocratização, especificamente em São Paulo, este estudo se norteou pela questão: que processos e dinâmicas estiveram envolvidos na elaboração da Proposta Curricular de Matemática do estado de São Paulo na década de 1980 no que tangia aos primeiros anos escolares? Uma abordagem mais completa está sendo elaborada pela autora em sua tese de doutorado.

² Projeto Ipê de Matemática era um programa de aperfeiçoamento de professores e especialistas em educação por multimeios.

Ao analisarmos o documento da proposta curricular percebemos que, ao elaborar uma nova proposta partindo da anterior, os *experts* abriram caminho para reformulação de referências curriculares ao fazerem a crítica da elaboração dos Guias. Esta, como visto, tinha como objetivo central a unidade da Matemática. Por isso, para os novos *experts*, não cabia a unidade da Matemática o “status” de orientar a ação pedagógica como um todo.

Um olhar mais profundo sobre esses processos e dinâmicas vão se revelando conforme se interrogam os documentos à disposição e se penetra nos bastidores, buscando compreender as ações dos profissionais que estiveram envolvidos nas produções curriculares.

Compreender como os conteúdos estavam organizados, a forma como foram elaborados, porque ganharam tal organicidade são ingredientes que nos auxiliarão na análise, em perspectiva histórica, de uma determinada reforma curricular.

Quando uma nova equipe propõe a construção de um novo currículo é preciso ter um ponto de partida. Nesse caso, pode ser partir de uma proposta anterior, fazendo a crítica de pontos negativos e positivos, abordagens que precisam ser retiradas ou incorporadas. No caso da proposta curricular da década de 1980, tinha-se a emergência de um campo ainda em constituição – o da Educação Matemática –, preocupado com as questões do ensino de matemática. O foco no ensino se deu, especialmente, pois os membros da CENP eram professores, ministravam suas aulas na rede pública, conheciam a realidade dos estudantes, sabiam das demandas da comunidade escolar, os cidadãos que pretendiam formar. Isso fez com que o ensino de matemática ganhasse uma nova organicidade.

Após o levantamento de hipóteses e questionamentos, os novos *experts* traçaram suas ações visando a elaboração de um novo currículo que pudesse, sobretudo, ter a participação efetiva dos professores que atuavam na rede, pois, para eles, os profissionais da educação deveriam ser ouvidos. Tais ações se resumiram em propiciar aos professores discussões acerca de um novo currículo mediados pelas Delegacias de ensino. Os debates resultariam em relatórios que seriam posteriormente enviados aos membros da CENP.

A redemocratização do Brasil, período privilegiado em que havia uma participação ativa da comunidade em questões políticas, abriu possibilidades para que se pudesse criar um currículo que, de fato, repercutisse nas escolas conforme suas necessidades. Período privilegiado, pois, durante a ditadura militar, não havia participação popular da sociedade civil, organizada ou não. As participações, quando aconteciam, davam-se em pequenos grupos que ditavam regras para que a maioria seguisse, e isso, de certa forma, não era visto com bons olhos pela maioria. A ideia, visando melhorias no ensino e na educação básica no estado de São Paulo,

era que houvesse abertura ao diálogo e ao debate mais amplo. De algumas maneiras, o processo da Proposta Curricular de Matemática propiciou isso.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

GOUVÊA, G. de. Antonio Miguel (1953 -). In: VALENTE, W, R. (Org.). *Dicionário de experts: matemática para o ensino e formação de professores*. São Paulo: GHEMAT Brasil, 2021. Disponível em: < <https://www.ghemat.com.br/itens/antonio-miguel>>. Acesso em: 16 fev.2022.

HOFSTETTER, R.; SCHNEUWLY, B. A (IR) Resistível institucionalização dos experts em educação. In: VALENTE, W. R.; MACIEL, C.M.L.A.; DA COSTA C. A. & VASCONCELOS, L. I. *Experts: Saberes para o ensino e para a formação de professores*. São Paulo: Livraria da Física, 2021, p. 15-38.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Em debate uma proposta curricular para o ensino de matemática no 1º grau. São Paulo, SE/CENP, 1985. 12p. (Matemática, 3). Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/227712>>. Acesso em: 29 jul. 2022.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Proposta curricular para o ensino de matemática - 1º grau. 5. ed. São Paulo - SE-CENP. 1997.

VALENTE, W.R.; GOUVÊA, G. O currículo de matemática sob a perspectiva dos experts: cenas da elaboração da proposta curricular para o ensino de matemática 1º. Grau (São Paulo, década de 1980). *Perspectiva*. 40, 2 (ago. 2022), p. 1 -15. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2022.e84012>.